

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017**

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Energética Suape II S.A.
Cabo de Santo Agostinho - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Energética Suape II S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Energética Suape II S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Energética Suape II S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Energética Suape II S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - PE

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016		Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	38.284	27.805	Fornecedores	12	97.098	77.019
Contas a receber	5	105.146	82.804	Empréstimos, financiamentos e encargos	13	110.714	75.138
Estoques	6	76.374	66.854	Tributos e contribuições sociais	14	6.825	6.106
Adiantamentos	7	16.171	11.692	Obrigações estimadas		369	310
Aplicações financeiras restritas	4	50.055	47.030	Taxas Regulamentares	15	15.637	12.680
Tributos e contribuições a recuperar	8	9.043	7.620	Dividendos e juros sobre o capital próprio	16	23.809	17.752
Operações com energia elétrica a recuperar	9	22.150	2.787	Outras contas a pagar		499	963
Despesas pagas antecipadamente		837	650			254.951	189.968
Outros créditos		14.787	8.395				
		332.847	255.637	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos, financiamentos e encargos	13	314.993	369.371
Aplicações financeiras restritas	4	61.828	57.138	Passivo fiscal diferido	14	5.087	5.987
Ativo fiscal diferido	8	1.106	3.745	Taxas Regulamentares	15	6.214	7.281
Imobilizado	10	504.498	526.394	Outros passivos não circulantes		1.754	-
Intangível	11	1.790	178			328.048	382.639
		569.222	587.455	Patrimônio líquido			
				Capital social	18	139.977	139.977
				Reserva legal		24.117	17.832
				Reserva de lucros	16	68.847	50.712
				Reserva de Incentivos Fiscais		86.129	61.964
						319.070	270.485
Total do ativo		902.069	843.092	Total do passivo e do patrimônio líquido		902.069	843.092

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida de vendas	20	782.785	592.308
(-) Custo dos produtos vendidos	21	(537.885)	(389.457)
(=) Lucro bruto		244.900	202.851
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	21	(10.165)	(8.627)
Outros Resultados	21	(47.434)	(47.698)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		187.301	146.526
Despesas financeiras	21	(52.619)	(67.641)
Receitas financeiras	21	12.824	25.742
Juros sobre Capital Próprio	21	(17.201)	(16.967)
(=) Resultado financeiro líquido		(56.996)	(58.866)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		130.305	87.660
(-) Imposto de Renda	14.1	(32.527)	(21.764)
(-) Contribuição Social	14.1	(11.719)	(7.844)
(-) IR/CS diferidos	14.1	(1.740)	727
(-) Incentivo Fiscal SUDENE	14.1	24.165	18.992
(=) Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre capital próprio		108.484	77.771
Reversão dos juros sobre capital próprio a pagar		17.201	16.967
(=) Lucro do exercício		125.685	94.738
Lucro/(prejuízo) por ação		0,90	0,68

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro (Prejuízo) do exercício	125.685	94.738
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>125.685</u>	<u>94.738</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	139.977	13.096	42.971	54.793	-	250.837
Lucro do exercício	-	-	-	-	94.738	94.738
Constituição da Reserva legal	-	4.736	-	-	(4.736)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(16.967)	(16.967)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.330)	(3.330)
Distribuição de lucros	-	-	-	(54.793)	-	(54.793)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	18.993	-	(18.993)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	50.712	(50.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	139.977	17.832	61.964	50.712	-	270.485
Saldos em 31 de dezembro de 2016	139.977	17.832	61.964	50.712	-	270.485
Lucro do exercício	-	-	-	-	125.685	125.685
Constituição da Reserva legal	-	6.285	-	-	(6.285)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(17.201)	(17.201)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(9.187)	(9.187)
Distribuição de lucros	-	-	-	(50.712)	-	(50.712)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	24.165	-	(24.165)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	68.847	(68.847)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	139.977	24.117	86.129	68.847	-	319.070

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	125.685	94.738
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	23.524	23.322
Encargos de empréstimos e financiamentos	45.745	54.628
	<u>194.954</u>	<u>172.688</u>
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento) no contas a receber	(22.342)	19.307
(Aumento)/diminuição nos impostos a recuperar	1.217	(2.495)
(Aumento) nos estoques	(9.520)	(6.990)
(Aumento) nas operações com Energia Elétrica	(19.364)	4.247
Aumento nos demais ativos circulantes	(11.059)	(4.055)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	20.079	32.995
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	(180)	(12)
Aumento em provisões em P&D	3.643	4.399
Aumento em outras contas a pagar	(405)	25
	<u>(37.931)</u>	<u>47.421</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>157.023</u>	<u>220.109</u>
Atividade de investimento		
Resgate das aplicações financeiras restritas	(7.714)	(11.445)
Aquisição de imobilizado	(1.451)	(4.306)
Coligadas e controladas	1.647	6.096
Aquisição de intangível	(1.789)	(10)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(9.306)</u>	<u>(9.665)</u>
Atividade de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	77.000	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos	(94.668)	(79.327)
Juros pagos no período	(46.879)	(55.503)
Pagamento de dividendos	(57.417)	(70.086)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(15.275)	(12.288)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>(137.239)</u>	<u>(217.204)</u>
	<u>10.479</u>	<u>(6.760)</u>
Variação líquida de caixa		
Caixa e equivalentes no início do exercício	27.805	34.565
Caixa e equivalentes no final do exercício	38.284	27.805
Variação líquida de caixa	<u>10.479</u>	<u>(6.760)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SUAPE II

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

A Energética Suape II S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a geração e comercialização de energia elétrica por meio de uma Usina Termelétrica (UTE) a óleo combustível - UTE Suape II, com capacidade de geração bruta de 381,255 MW.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à receita de geração de energia elétrica, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos, perdas estimadas com realização de estoques, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.2.2. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis, que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São inclusos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São inclusos como passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado, compostos por fornecedores, empréstimos e financiamentos.

2.2.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

2.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é definido como o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

A Companhia avaliou se o valor contábil de seus ativos estava excedendo o seu valor recuperável e concluiu pela não existência de tais indicativos.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.2.6. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

2.2.7. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

2.2.8. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual, após deduções de prejuízos acumulados, seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registrará a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído no curso do exercício, e caso existam dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório, estes serão registrados como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido da Companhia, no grupo de “Reservas de Lucros”.

2.2.9. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os passivos contingentes não são reconhecidos como passivo porque são: (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

2.2.10. Apuração do resultado

As despesas e receitas são reconhecidas de acordo com o regime contábil da competência.

2.2.11. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.3. Práticas contábeis - específicas do setor elétrico

2.3.1. Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, e alterações estabelecidas por meio da Resolução ANEEL nº 370, de 30 de junho de 2009 e nº 605, de 11 de março de 2014.

2.3.2. Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela Companhia em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro (UC), Unidade de Adição e Retirada (UAR), por Ordem de Imobilização (ODI), Conta Contábil e data de sua transferência (capitalização) para o imobilizado em serviço.

2.3.3. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, e Resolução ANEEL nº 15, de 24 de dezembro de 1997.

As taxas anuais utilizadas estão conforme determinadas pela tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 2, de 24 de dezembro de 1997, nº 44, de 17 de março de 1999, artigo 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009 e Resolução ANEEL nº 474/2012, de 01 de janeiro de 2012. Para os ativos em serviço administrativo, a Administração da Companhia avaliou as referidas taxas utilizadas, e concluiu que as mesmas refletem a efetiva vida útil do seu ativo imobilizado.

2.4. Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentava Capital Circulante Líquido (CCL) positivo no valor de R\$ 77.895 mil (em 31 de dezembro de 2016, R\$ 65.669 mil).

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e depósitos bancários a vista	2.024	15.901
Aplicações financeiras:		
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	36.260	11.904
	<u>38.284</u>	<u>27.805</u>

As Aplicações financeiras são de liquidez imediata e apresentaram taxas de rendimento variando entre 90% a 99% do CDI.

4. Aplicações financeiras restritas

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de Vínculo</u>	<u>Ref</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco do Nordeste do Brasil	FAT-Proinfra	(a)	16/12/2025	98 % CDI	50.055	47.030
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FNE	(b)	10/11/2026	97,44% CDI	33.386	30.877
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia (FI) FAT	(b)	16/12/2025	97,44% CDI	24.846	22.979
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG	(c)	-	98% do CDI	3.476	3.167
Banco do Brasil	Garantia CCT	(d)	-	94% do CDI	121	114
					<u>111.882</u>	<u>104.168</u>
	Circulante				50.055	47.030
	Não circulante				61.828	57.138

- (a) Corresponde ao empréstimo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) bloqueado para movimentação;
- (b) Corresponde aos fundos de liquidez dos empréstimos Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para garantia de pagamento dos empréstimos, equivalente a seis meses dos serviços da dívida;
- (c) Corresponde a aplicação em CDB firmado com o Banco do Nordeste por meio do Contrato de Administração de Garantias ao CCG;
- (d) Corresponde a conta de administração às garantias CCT - CHESF.

5. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber de clientes	27.800	2.887
Valores a faturar	77.346	79.917
	<u>105.146</u>	<u>82.804</u>

Os valores das contas a receber são referentes majoritariamente aos faturamentos efetuados mediante contrato de fornecimento de energia.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

6. Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Combustível	18.661	16.737
Estoque em trânsito	1.727	0
Peças sobressalentes	55.986	50.117
	<u>76.374</u>	<u>66.854</u>

7. Adiantamento a fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Petrobrás Distribuidora	10.210	10.111
Compra de lastro	5.472	0
Itatrans (desembaraço de importações)	23	875
Outros	466	707
	<u>16.171</u>	<u>11.692</u>

8. Tributos e contribuições a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de Renda	2.333	1.141
Contribuição Social	148	139
Imposto de Renda diferido (a)	813	2.754
Contribuição Social diferida (a)	293	991
IRRF sobre aplicação financeira	281	32
PIS	1.561	1.078
COFINS	4.709	5.220
INSS	4	4
ISS	6	6
ICMS	1	1
	<u>10.149</u>	<u>11.366</u>

Circulante	9.043	7.620
Não circulante	1.106	3.745

(a) Diferido composto por adições temporárias, tais como P&D, provisões para *overhaul* e variação cambial passiva. Em 1º de janeiro de 2015, o saldo do Diferido sobre amortização de despesas pré-operacionais decorrente do Regime Tributário de Transição (RTT) foi integralmente amortizado conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

9. Operações com energia elétrica a recuperar

Corresponde à recuperação de energia adquirida pela Suape II no mercado de curto prazo para suprir as perdas internas, as perdas sistêmicas até o centro de gravidade e a obrigação regulatória de recomposição de lastro decorrente da indisponibilidade dos motores.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

10. Ativo imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Imobilizado em curso (a)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	9.978	411.604	123.022	310	420	545.334	-	545.334
Aquisição	-	2.173	2.083	-	33	4.289	16	4.305
Transferência	-	6	-	-	2	8	(8)	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(19.532)	(3.623)	(56)	(34)	(23.245)	-	(23.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.978	394.251	121.482	254	421	526.386	8	526.394
Saldos em 01 de janeiro de 2017	9.978	394.251	121.482	254	421	526.386	8	526.394
Aquisição	-	1.194	166	-	69	1.429	21	1.450
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(19.567)	(3.686)	(56)	(37)	(23.346)	-	(23.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.978	375.878	117.962	198	453	504.469	29	504.498
Custo total	9.978	490.107	139.353	385	626	640.449	29	640.478
Depreciação acumulada	-	(114.229)	(21.391)	(187)	(173)	(135.980)	-	(135.980)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2017	9.978	375.878	117.962	198	453	504.469	29	504.498
Depreciação anual - %	-	3,99	2,65	14,42	5,99	3,65	-	-

(a) Refere-se à aquisição de um consórcio de um veículo, que ainda não foram colocados em Serviço.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

11. Ativo intangível

	<u>Direito de uso de software</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	243
Adição	10
Transferência	-
Amortização	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>178</u>
<hr/>	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	178
Adição	1.789
Transferência	-
Amortização	(177)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.790</u>
Custo total	2.175
Amortização acumulada	(385)
Valor residual	<u>1.790</u>
Amortização anual - %	<u>20</u>

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de softwares.

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados de forma linear de acordo com base na vida útil estimada do software.

No ano de 2017 foi encerrado o projeto de P&D intitulado “Desenvolvimento de Sistema para Diagnóstico Termomecânico de Falha em Motores de Combustão”. Como produto do projeto, foi desenvolvido um software. O gasto total do projeto foi reclassificado do grupo de serviços em curso (P&D) para o grupo de ativo imobilizado, conforme orientação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Elétrico.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

12. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Petrobras Distribuidora	55.738	57.501
Wartsila (Provisões overhaul)	18.132	6.102
Compra de lastro	10.789	-
Wartsila Brasil	4.814	3.839
Encargos de uso da rede	3.057	3.065
Wartsila Internacional	2.929	1.821
Transportadoras	262	561
Distribuidoras de Diesel	279	2.583
Itatrans	358	349
Outros fornecedores	740	1.197
	<u>97.098</u>	<u>77.019</u>

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

13. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Objetivo	Ref	Juros	Circulante		Não circulante	Total	
				Principal	Encargos	Principal	2017	2016
BNB - FAT	Construção UTE	(a)	TJLP + 4% a.a	16.353	504	114.467	131.324	147.859
BNB - FNE	Construção UTE	(b)	10% a.a	9.583	980	166.270	176.833	184.716
ITAU	CCB	(c)	CDI + 2,5% a.a	30.684	498	34.256	65.438	91.619
ITAU	Conta Garantida	(d)	CDI + 1,951% a.a.	22.000	112	-	22.112	20.315
BANCO ABC	Conta Garantida	(e)	CDI + 1,865% a.a	30.000	-	-	30.000	-
				108.620	2.094	314.993	425.707	444.509

A Companhia obteve junto a Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- (a) Em 31 de março de 2011, foi disponibilizado em conta vinculada junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o montante de R\$ 212.582 mil, com taxa de TJLP mais 4% ao ano, com vencimento em dezembro de 2025. Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tendo sido efetivamente liberados R\$ 185.423 mil;
- (b) Em 13 de agosto de 2010 foram contratados junto ao BNB R\$ 199.785 mil, com taxa de 10% ao ano, bônus de adimplência de 1,5%, com vencimento em novembro de 2026. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE);
- (c) Em 29 de janeiro de 2013 foram contratados R\$ 150.000 mil junto ao Itaú BBA, a uma taxa fixa de 2,5% a.a. mais 100% CDI, para quitação dos empréstimos realizados no BNB referentes à nota de crédito industrial;
- (d) Empréstimo contratado junto ao Itaú BBA para aquisição de OCB1, na modalidade à vista. Em 31 de dezembro de 2017 a taxa praticada era de CDI + 1,951% a.a. e em 15 de março de 2018 será renovado por mais seis meses a uma taxa de CDI + 1,694% a.a.;
- (e) Empréstimo contratado em 28 de dezembro de 2017 junto ao Banco ABC do Brasil no valor de R\$ 30.000.000,00 a uma taxa de CDI + 1,865% a.a. pelo prazo de seis meses, para aquisição de OCB1, na modalidade à vista.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

A Companhia possui garantias a serem cumpridas, de acordo com os contratos de empréstimos.

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2016	105.472	419.238	524.710
Transferências	49.867	(49.867)	-
Encargos	57.361	-	57.361
Amortização de principal	(79.327)	-	(79.327)
Pagamento de juros	(58.235)	-	(58.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>75.138</u>	<u>369.371</u>	<u>444.509</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2017	75.138	369.371	444.509
Ingressos	77.000	-	77.000
Transferências	54.378	(54.378)	-
Encargos	45.745	-	45.745
Amortização de principal	(94.668)	-	(94.668)
Pagamento de juros	(46.879)	-	(46.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>110.714</u>	<u>314.993</u>	<u>425.707</u>

Os vencimentos em longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018	-	54.378
2019	59.197	59.197
2020	32.313	59.197
2021 em diante	223.483	196.599
	<u>314.993</u>	<u>369.371</u>

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

14. Impostos a pagar e Contribuições Sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de Renda - IR	2.720	3.015
Contribuição Social	1.358	482
Imposto de Renda diferido (a)	3.741	4.402
Contribuição Social diferida (a)	1.347	1.585
INSS	556	247
FGTS	6	11
PIS	235	321
COFINS	1.087	1.521
PIS diferido (b)	14	29
COFINS diferido (b)	64	134
ICMS	8	2
ISS	217	95
Outros	559	249
	<u><u>11.912</u></u>	<u><u>12.093</u></u>
Circulante	6.825	6.106
Não circulante	5.087	5.987

- (a) Referente à diferença da taxa de depreciação dos bens, conforme vida útil-econômica em comparação com as taxas sugeridas pelo Fisco Federal. Esse procedimento foi realizado apenas no exercício de 2012, sendo o saldo constituído amortizado de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela RFB;
- (b) PIS e COFINS diferidos sobre Receita não recebida de clientes órgãos públicos.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

14.1. Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2017		2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	130.306	130.306	87.660	87.660
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	9%	25%	9%	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	11.728	32.577	7.889	21.915
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	396	1.100
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	255	707	255	707
Receitas de órgãos públicos	52	146	24	67
Provisões de fornecedores	10	28	-	-
Variação cambial	7	19	4	10
Benefício a administradores	212	589	19	51
PLR	12	35	-	-
Outras adições	-	-	3	8
	548	1.524	701	1.943
(+) Exclusões				
Pesquisa e Desenvolvimento	(244)	(679)	(377)	(1.049)
Variação cambial	-	-	(23)	(63)
Receitas de órgãos públicos	(73)	(204)	(52)	(146)
incentivo fiscal SUDENE	-	(24.165)	-	(18.992)
incentivo fiscal Lei do Bem	(240)	(666)	(143)	(398)
Resultados não tributados	-	-	(152)	(415)
Outras exclusões	-	(25)	-	(23)
	(557)	(25.739)	(747)	(21.086)
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	11.719	8.362	7.843	2.772
Ajustes de apuração	-	-	-	-
Diferido sobre ajustes de RTT e diferenças temporárias (a)	460	1.280	(192)	(535)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	12.179	9.642	7.651	2.237

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

14.2. Reconciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

Ativo	2017				2016			
	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS
Pesquisa e Desenvolvimento	3.147	3.147	-	-	11.006	11.006	-	-
Variação cambial	104	104	-	-	9	9	-	-
Provisão despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo do imposto ativo	3.251	2.251	-	-	11.015	11.015	-	-
Alíquota	25%	9%	1,65%	7,6%	25%	9%	1,65%	7,6%
Imposto ativo	813	293	-	-	2.754	991	-	-
Passivo (-)								
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	(14.146)	(14.146)	-	-	(16.975)	(16.975)	-	-
Variação cambial	-	-	-	-	(51)	(51)	-	-
Receita de órgãos públicos	(816)	(816)	(849)	(849)	(582)	(582)	(2.195)	(2.195)
Base de cálculo do imposto passivo	(14.962)	(14.962)	(849)	(849)	(17.608)	(17.608)	(2.195)	(2.195)
Alíquota	25%	9%	1,65%	7,6%	25%	9%	1,65%	7,6%
Imposto passivo	(3.741)	(1.347)	(14)	(65)	(4.402)	(1.585)	(36)	(167)
Total Líquido	(2.928)	(1.054)	(14)	(65)	(1.648)	(594)	(36)	(167)

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

15. Taxas regulamentares

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	575	549
Ministério das Minas e Energia	289	276
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	20.906	19.053
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	81	82
Total	<u>21.851</u>	<u>19.961</u>
Passivo Circulante	15.637	12.680
Passivo Não Circulante	6.214	7.281

16. Dividendos Propostos e Juros Sobre Capital Próprio

<u>Deliberação 2017</u>	<u>Provento</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação ON</u>
RCA de 18 de dezembro de 2017	JSCP	17.200	0,122882
AGE de 29 de dezembro de 2017	JSCP	17.200	0,122882

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2017.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação “pro rata die” da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e considerando o emanado no artigo 75 da IN RFB nº 1.700/2017 e na Lei nº 12.973/2014.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias.

Em 27 de setembro de 2017 a Companhia distribuiu R\$ 3.538mil referentes aos Dividendos Mínimos Obrigatórios apurados em 2016 e R\$ 53.879mil de Reserva de Lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2016) conforme deliberado em Ata AGOE de 28 de abril de 2017.

Os pagamentos efetuados no dia 27 de setembro foram atualizados pela SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/1998, e são líquidos de IRRF.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	125.685	94.738
Reserva legal	(6.284)	(4.737)
Reserva de incentivo fiscal	(24.165)	(15.876)
Reserva de incentivos fiscais anos anteriores	-	(3.115)
Base de Cálculo Dividendos	95.236	71.010
Dividendos mínimos obrigatórios	23.809	17.752
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Juros sobre capital próprio declarados	17.201	16.967
Expurgo do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	(2.580)	(2.545)
Dividendos Mínimos Complementares Obrigatórios	9.188	3.330
Total bruto	23.809	17.752

Será encaminhado para aprovação em AGO, a ser realizada em 2018, o montante de R\$ 9.188 mil de dividendos mínimos complementares obrigatórios de 2016.

A formação do saldo excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	<u>Valores</u>
Base de cálculo dividendos	95.236
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	(26.389)
Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios	68.847

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$ 68.847 mil excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como Reserva de Lucros, seja distribuído integralmente ao logo do exercício de 2018, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

A formação dos saldos dos Dividendos em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	<u>Valores</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	17.752
Dividendos Complementares de 2016	50.712
Atualização Selic (líquida de IRRF)	4.227
Dividendos pagos	(72.692)
Propostos do exercício de 2017	26.389
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(2.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	23.809

17. Contingências

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. Quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia e de seus assessores legais.

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, referente a cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS. A Sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento.

A ANEEL emitiu o Auto de Infração ANEEL nº 35/2015 que trata da aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 3.430 mil. Suape interpôs recurso se irrisignando com a aplicação da penalidade que foi reduzida para R\$ 2.357 e paga em 2017.

A CHESF aplicou penalidades à Companhia no montante de R\$ 1.200 sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do ARP - Atestado de Recebimento Provisório. A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel onde se encontram implantados os bays de conexão, obrigação essa que não existe no CCT - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim sendo, Suape ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001 que se encontra aguardando despacho do juiz para manifestação sobre contestação.

O Procedimento Arbitral autuado sob nº 21519/ASM perante a CCI - Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, com base na cláusula compromissória firmadas entre as partes e artigo 3º da Lei 9.307/1996, foi iniciado pela Companhia com intuito de obter a indenização por prejuízos já experimentados (recomposição patrimonial).

O procedimento se encontra suspenso a pedido de ambas as partes que já possuem os termos do acordo alinhado aguardando as respectivas aprovações societárias para extinção do feito.

Por fim, uma vez que o acordo se dará através da recomposição patrimonial com dação em pagamento de peças e serviços para manutenção overhaul de 24k (iniciada em 2017 e com previsão para conclusão em 2018) e outras peças para demais manutenções, bem como a alta probabilidade de êxito na transação, a Companhia já realizou parte dos respectivos ajustes no resultado do ano de 2017.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

18. Patrimônio líquido

O capital social é dividido em 139.977 mil (2016 - 139.977 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada uma, ficando a composição do Capital da Companhia conforme demonstrado em quadro a seguir:

	2017/2016	
	Ações ordinárias	Valor
Acionistas		
Savana SPE Incorporações Ltda.	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	27.995	27.995
	139.977	139.977

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

19. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Ata AGO/E de 31 de março de 2017, a Companhia deliberou o montante global de remuneração do pessoal-chave da Administração. O montante pago até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.163 mil (até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.396 mil).

20. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita bruta de vendas		
Receitas com contratos de energia	872.319	660.309
	872.319	660.309
Deduções de vendas		
PIS e COFINS ¹	(80.684)	(61.084)
Outros	(8.850)	(6.917)
	(89.534)	(68.001)
Receita operacional líquida	782.785	592.308

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

21. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(4.507)	(3.855)
Administradores	(1.273)	(1.393)
Material	(1.436)	(1.232)
Combustível para produção de energia	(463.951)	(313.951)
Serviços de terceiros	(23.261)	(25.669)
Energia elétrica comprada para revenda	3.350	918
Encargos de uso do sistema transmissão	(27.665)	(25.337)
Depreciação e amortização	(23.524)	(23.322)
Tributos	(182)	(271)
Seguros	(2.349)	(2.641)
Rendimento aplicação financeira	12.243	16.084
Juros sobre financiamento	(42.741)	(54.148)
Juros sobre Capital Próprio	(17.201)	(16.967)
Variação cambial líquida	(1.456)	491
Outras despesas e receitas financeiras	(7.841)	(4.326)
Outras receitas e despesas	(47.434)	(47.698)
Outros	(3.252)	(1.332)
	<u>(652.480)</u>	<u>(504.648)</u>
Classificados como		
(-) Custo dos produtos vendidos	(537.885)	(389.457)
Gerais e administrativas	(10.165)	(8.627)
Despesas financeiras	(52.619)	(67.641)
Receitas financeiras	12.824	25.742
Juros sobre Capital Próprio	(17.201)	(16.967)
Outras receitas operacionais	(47.434)	(47.698)
	<u>(652.480)</u>	<u>(504.648)</u>

22. Instrumentos financeiros

22.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são conforme segue:

	Categoria	Ativos (passivos) financeiros			
		2017		2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Mantidos para negociação	38.284	38.284	27.805	27.805
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	105.146	105.146	82.804	82.804
Fundos vinculados	Empréstimos e recebíveis	111.882	111.882	104.168	104.168
Passivo					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(97.098)	(97.098)	(77.019)	(77.019)
Empréstimos em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(425.708)	(425.708)	(444.509)	(444.509)

A Companhia não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, tais como derivativos.

22.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

22.3. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros pelo valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

22.4. Risco de crédito

A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes minimiza eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

22.5. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia possui capital circulante líquido positivo, conforme indicado em Nota Explicativa nº 2.

22.6. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira oriunda de aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

Análise de sensibilidade de juros

A Companhia possui exposição a taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, e em suas aplicações financeiras vinculadas ao CDI. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações, no mercado nacional, de taxas de juros. A Cia busca sempre praticar aquelas mais competitivas.

b) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, por meio da majoração do custo de peças e ferramentas importadas. O risco é considerado baixo visto que as aquisições de peças representam menos de 10% da receita variável.

22.7. Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de valores em aplicações financeiras restritas em determinados níveis (“*covenants*” financeiros).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estava adimplente com os *covenants* previstos nos contratos de empréstimos.

ENERGÉTICA SUAPE II

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

23. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros, conforme a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2018	25.000
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2018	15.000
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2018	15.000
Riscos Nomeados e Operacionais	10/03/2018	758.750

24. Eventos subsequentes

Em 21 de fevereiro de 2018 foi realizado o pagamento dos Juros Sobre Capital Próprio referente ao ano de 2017, conforme nota explicativa nº 16.

Com relação a arbitragem, a companhia estima que a aprovação societária ocorrerá até 30/06/2018 quando então o acordo será assinado e apresentado ao Tribunal Arbitral que porá fim ao processo exarando sentença homologatória, o que deverá ocorrer no 2o semestre de 2018.